**JUROS DA MORA — PRIVILÉGIO DA FAZENDA PÚBLICA
EXTENSIVO À E.F.C.B.**

— O privilégio concedido à Fazenda Pública, no art. 3.º do dec. n.º 22.785, de 31-5-33, de somente pagar juros da mora a partir da sentença com trânsito em julgado, se estende à Estrada de Ferro Central do Brasil após a sua constituição em autarquia.

TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

“A Independência” Cia. de Seguros Gerais versus E. F. Central do Brasil
Apelação cível n.º 257 — Relator: Sr. Ministro
ARTUR MARINHO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de apelação cível n.º 257, de S. Paulo, sendo apelante “A Independência” Companhia de Seguros Gerais e apelada a Estrada de Ferro Central do Brasil, no julgamento não tendo tomado parte o Sr. Ministro Macedo Ludolf, *ex-vi* do artigo 72, *a*, do Regimento Interno:

Acordam os Ministros do Tribunal Federal de Recursos, em Segunda Turma, por unanimidade, em negar provimento à apelação, conforme as notas taquigráficas anexas, em consequência confirmando a sentença recorrida.

Distrito Federal, em 11 de novembro de 1947. — *Abner de Vasconcelos*, Presidente. — *Artur Marinho*, Relator.

RELATÓRIO

Aqui se cogita de apelação da sentença de fls. 214 a verso, proferida em liquidação de sentença, sendo liquidante, ora recorrente, a autora “A Independência” — Companhia de Seguros Gerais, e liquidada, agora recorrida, a Estrada de Ferro Central do Brasil.

A apelação se restringe ao seguinte ponto: a apelada goza ou não do benefício a que se refere o decreto n.º 22.785, de 31 de maio de 1933? Na sentença recorrida a resposta é afirmativa, e é pela manutenção do decidido que postulam a apelação (fls. 226 a 227) e sua assistente, a União Federal (fls. 235v.), o contrário pretendendo a apelante (fôlhas 217 a 224).

Ademais disso, sustenta a liquidante, como questão prévia, que a matéria já fôra decidida em seu favor pelo consignado a fls. 172 a verso e fls. 175. Que, assim, o ilustre prolator da sentença apelada já não se podia ocupar do assunto regulado por seu antecessor, visto trânsito em julgado. A êsse modo de ver se opõe a sentença ora recorrida, explicando porque assim.

E’ o relatório. Ao eminente Senhor Ministro revisor.

Rio, 27-10-47. — *Artur Marinho*, Relator.

VOTO

O Sr. Ministro *Artur Marinho* (Relator): Sr. Presidente, confirmo a sentença recorrida.

Não havia caso julgado no tocante ao detalhe sujeito à decisão; assim, portanto, o ilustre dr. juiz *a quo* devia proceder como procedeu.

Questiona-se sôbre o seguinte:

A Estrada de Ferro Central do Brasil goza ou não do privilégio que o decreto n.º 22.785, de 1933, conferiu à União Federal (art. 3.º)?

Não tenho dúvida que sim.

Diz-se, em contrário, que a lei citada é de exceção, por conceder privilégios especiais à Fazenda no artigo 3.º em causa. Que em se tratando de lei de exceção é preciso que ela contenha disposição explícita dirigida em favor de quem beneficia. E’ a argumentação utilizada pelo recorrente, apoiado, entre outros, em Pedro Lessa.

Certamente, assim é em princípio. Mas, em concreto, digo eu que a Central do Brasil goza dos mesmos privilégios conferidos à União. Quando aquela via-férrea, se tornou uma entidade autônoma, adquirindo, por lei, personalidade jurídica, em 1941, seu patrimônio único e exclusivo lhe foi confiado e não outorgado pela União. Anteriormente, a União explorava os serviços da

Central do Brasil (serviços industrializados) em próprio. Para melhor administração dos negócios que se relacionam, é que a Estrada de Ferro Central do Brasil foi constituída em autarquia de direito administrativo, sem tocar os aspectos essenciais da organização econômica própria. Tanto que continuaram os negócios de economia financeira da Central sob o contrôle jurídico do Ministério da Viação e Obras Públicas. Continua a Central do Brasil como responsável por todo o passivo que a União tinha até então. Continua responsável pelo ativo que se constitui de um patrimônio que, como ponto de partida, era da União: e se já não o é, esse não é tem caráter meramente ficto. Já tive oportunidade, como Juiz da Primeira Instância, de examinar um caso semelhante. Salvo engano, um caso já em liquidação contra a Central do Brasil, resultante de causa principal quanto esta ainda não era autarquia. Ressalvei os direitos da liquidante de haver o que foi devido pela União Federal. Mais tarde, a Central do Brasil, não tendo podido liquidar o que foi estabelecido pela sentença confirmada, foi a União que satisfez a condenação. Eis a confusão entre os interesses patrimoniais de uma e outra parte, o que demonstrei, estendendo-me em ponderações que constam de despacho de 19 de setembro do ano passado, divulgado no *Diário da Justiça* de 20 daquele mês. Produzi, entre outros, o seguinte argumento:

“Considerando, ainda, que, em última análise, a União conserva a superintendência geral dos negócios e interesses da Estrada: administrativamente, como ponto alto, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, tècnicamente orientado pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro (decreto-lei n.º 3.306, de 1941, combinado com o de n.º 3.163, do mesmo ano); politicamente, dada a índole do regime, pela supervisão da Presidência da República, órgão executivo superior”.

No fundo, a situação é idêntica. O privilégio, pois, não é concedido à Central *senão mantido para a União mesma*, até porque, consoante também assinalei no dito despacho, “a personalidade própria de natureza autárquica da Central, no caso, jamais excluiria a inalienável daquela entidade máxima do direito público interno nacional, abrangedora das demais por ela instituídas pela legislatura”.

VOTO

O Sr. Ministro Henrique d'Avila (Revisor): “A Independência” Cia. de Seguros Gerais, na qualidade de seguradora de mercadorias que, transportadas pela Apelada, vieram a ser sinistradas, moveu contra esta a competente ação de indenização, como sub-rogada dos consignatários a quem fez os pagamentos devidos e decorrentes dos respectivos seguros. Tendo logrado o êxito desejado, promoveu a liquidação em causa, em que, além do principal, pleiteia, também, juros da mora a partir da citação inicial.

O M. Juiz *a quo*, em sua concisa e bem deduzida decisão de fls. 214 a 214v., repeliu a pretensão da Apelante quanto à contagem dos juros moratórios, que em seu entender devem fluir do trânsito em julgado da decisão

fixadora do *quantum* a indenizar, de conformidade com o art. 3.º do Decreto n.º 22.785, de 31 de maio de 1933.

Não assiste razão à Apelante em postular a contagem dos juros da mora a partir da citação inicial. Sendo a Central do Brasil, como é, patrimônio exclusivo da União, constituída em autarquia para efeitos administrativos, não se lhe pode recusar os favores decorrentes do art. 3.º do Decreto n.º 22.875, de que goza a União. Não merece, portanto, acolhida a pretensão da Apelante, por se me afigurar incensuráveis os fundamentos em que se esteia o julgado de primeira instância.

Nego, por isso, provimento à apelação.

VOTO

O Sr. Ministro Abner de Vasconcelos (Presidente): Também nego provimento à apelação, para confirmar a sentença apelada.

DECISÃO

Como consta da ata, a decisão foi a seguinte: Por unanimidade, a Turma negou provimento à apelação para confirmar a sentença apelada.